

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO - GO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 013/2024

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana

Recorrente: Mais Limpeza Urbana Ltda.

CNPJ: 26.659.922/0001-07

MAIS LIMPEZA URBANA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.659.922/0001-07, com sede na Avenida Castro Alves, s/nº, qd. 34, It. 03, CEP 76.195-000, Bairro Maria Franco II, Cezarina/GO, por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na alínea “b” do inciso I do artigo 165, e seu §1º, da Lei 14.133/2021 apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão proferida de desclassificação da proposta da ora recorrente, conforme fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DOS FATOS

A Recorrente participou do Pregão Eletrônico nº 013/2024, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de Limpeza Urbana, apresentando a sua proposta de preços e a documentação de habilitação, conforme as exigências do edital.

No entanto, a proposta da Recorrente foi desclassificada sob a justificativa de não cumprimento do item 5.6 do edital, razão pela qual apresenta o presente recurso.

Houve ainda, o cumprimento do disposto no inciso I do §1º do artigo 165 da Lei 14.133/2021, pois informou sua intenção de recorrer.

2. DOS MOTIVOS PARA A RECONSIDERAÇÃO

A abertura das propostas dos licitantes, conforme ata de realização do Pregão Eletrônico nº 013/2024, foi realizada no dia 26/08/2024, tendo a Pregoeira e Equipe de Apoio pugnado pela desclassificação da Recorrente sob a justificativa de não atendimento na proposição de preços com proposta de menor preço global, conforme segue:

Despacho. Fornecedor: 70292, sua proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: A proposta foi desclassificada por não atender o item Edital 5.6. Os lances deverão ser ofertados pelo menor preço global. Na Plataforma Licitanet só permite lances para redução do valor proposta. !

Em decorrência disto, imperiosa a análise editalícia que dispõe, no item 3., que *“Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. É vedada a identificação do titular da proposta.”*

Não obstante, o item 4.10 do instrumento convocatório estabelece que:

Item 4.10: “Os licitantes devem respeitar o preço máximo global do grupo de itens, bem como os preços máximos unitários estabelecidos no Projeto Básico e Termo de Referência.”

Isso posto, cabe ressaltar que, o projeto básico do respectivo edital, é composto por planilha orçamentária de composição de custos de Serviços de Limpeza Urbana (fls. 2), contendo cinco itens, quais sejam: 1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL; 2. VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS; 3. ROÇAGEM; 4. PRAÇAS E JARDINS; 5. COLETA DE ENTULHOS E SALDOS DA VARRIÇÃO, ROÇAGEM E PODA.

Todos os itens acima descritos, no que concerne à QUANTIDADE, foram definidos como ÚNICO (1 quantidade) pela administração pública, EXCETO o item 2. VARRIÇÃO MANUAL, o qual possui a quantidade de contratação no valor de 1.266,47 KM/mês (mil duzentos e sessenta e seis quilômetros e quarenta e sete metros), cálculo que foi realizado pelo responsável técnico da Prefeitura (engenheiro civil), pois o objeto em questão é considerado SERVIÇO DE ENGENHARIA.

Em consonância, o Anexo VII do edital em questão, conduz o proponente quanto à elaboração do preço, senão vejamos:

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1424/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Limpeza Urbana, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e projeto básico, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, nos termos e condições no edital e seus anexos.

Nº ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	139991	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	Equipe /mês	1,00		
2	139992	VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS	KM/mês	1.266,47		
3	139993	ROÇAGEM (poda baixa)	Equipe /mês	1,00		
4	139994	PRAÇAS E JARDINS	Equipe /mês	1,00		
5	139995	COLETA DE ENTULHOS E SALDOS DA VARRIÇÃO, ROÇAGEM E PODA	Equipe /mês	1,00		
Valor total:						

1.2- A execução do OBJETO: Seguirá as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, e Projeto Básico e demais anexos ao edital.

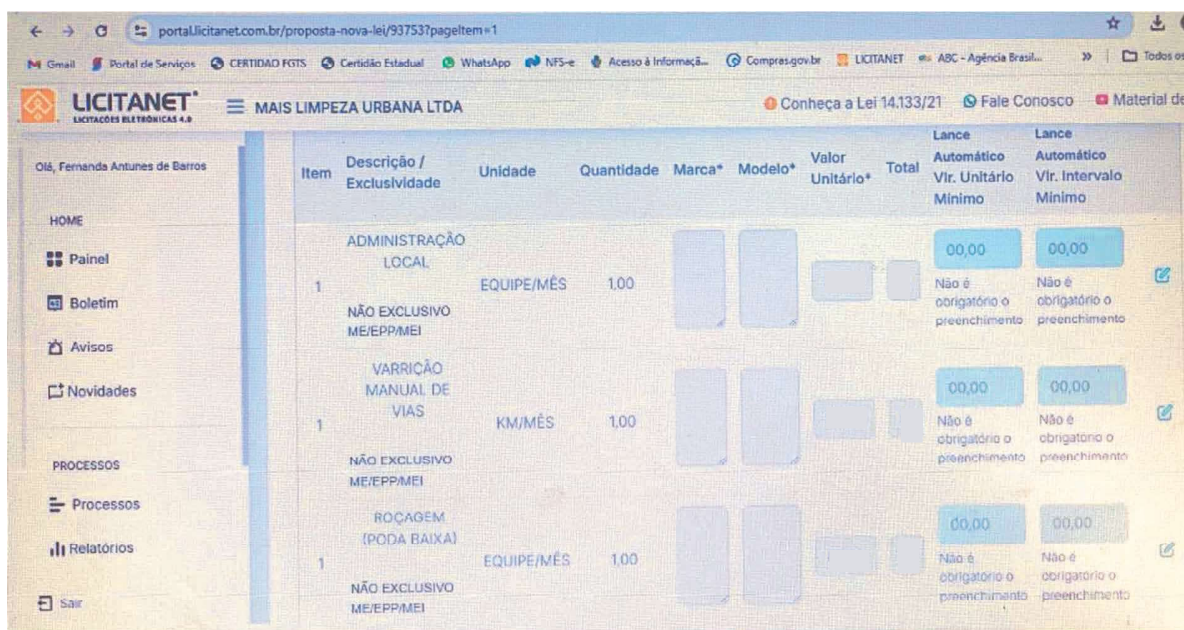
1.3- Os Licitantes devem apresentar a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA com valores unitários proposto.

Nessa perspectiva, o que se tem como exigência editalícia para elaboração de proposta de preços, é que a proposta deveria ser realizada pelo menor preço global, contudo, contendo a composição destes custos conforme cada item, respeitando seu quantitativo, constando o valor unitário, o valor mensal e o valor global.

Ocorre que, durante o cadastro da proposta de preço no sistema utilizado pela Prefeitura Municipal para realização de contratações públicas, qual seja, LICITANET, em contrariedade ao disposto nas regras editalícias, no campo quantidade referente ao lançamento de cada item, só era possível a inserção de quantidade com número inteiro, entretanto, o quantitativo do item 2 é de 1.266,47 KM/mês (mil duzentos e sessenta e seis quilômetros e quarenta e sete metros), e não 1.

Ante a falha no sistema LICITANET, durante o cadastro de sua proposta preços, a Recorrente realizou cálculo proporcional junto ao valor unitário do respectivo item na tentativa de suprimir o erro do sistema (o que não era e não é sua atribuição), contudo, além do erro inicial, que não permitiu o lançamento de quantitativos com casas decimais, o sistema não possuía o campo para exibição do valor total de cada item lançado, bem como, não permitiu a visualização, do valor global da proposta, **em total desconformidade com edital**.

Senão vejamos:



Item	Descrição / Exclusividade	Unidade	Quantidade	Marca*	Modelo*	Valor Unitário*	Total	Lance Automático Vir. Unitário Mínimo	Lance Automático Vir. Intervalo Mínimo
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL NÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI	EQUIPE/MÊS	1,00					00,00 Não é obrigatório o preenchimento	00,00 Não é obrigatório o preenchimento
1	VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS NÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI	KM/MÊS	1,00					00,00 Não é obrigatório o preenchimento	00,00 Não é obrigatório o preenchimento
1	ROÇAGEM (PODA BAIXA) NÃO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI	EQUIPE/MÊS	1,00					00,00 Não é obrigatório o preenchimento	00,00 Não é obrigatório o preenchimento

Evidente a ocorrência dos fatos narrados, haja vista que, de um total de 13 empresas participantes, 9 empresas foram desclassificadas por motivos semelhantes. Desta feita, não há cabimento para a desclassificação da proposta da Recorrente em virtude de motivações alheias a sua vontade, advindos de erros no sistema disponibilizado pela Prefeitura Municipal. A plataforma NÃO estava de acordo com os anexos ao edital (que são parte integrante do instrumento).

Dito isso, cabe destacar que a Administração Pública **deve observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, assim como o princípio da razoabilidade**, que impede a desclassificação de propostas que atendam ao interesse público e não causem prejuízo à competitividade e à isonomia do certame.

Ademais, decisão de desclassificar a proposta da Recorrente é ilegal e injusta, pois viola o princípio da vinculação ao edital e o princípio da razoabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021 e reafirmados pela jurisprudência, consoante ementas a seguir transcritas:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ILEGALIDADE. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO. I - Não há que se falar, na espécie, em esvaziamento do objeto da presente impetração, tendo em vista que o cumprimento da medida liminar deferida não afasta o interesse de agir existente inicialmente, restando evidente que a suspensão do procedimento licitatório somente foi possível, em decorrência da concessão da liminar, favoravelmente, à impetrante. II - No caso, não se afigura legítima a desclassificação da impetrante, em virtude da não apresentação de proposta em conformidade a requisito não previsto no instrumento convocatório, tendo em vista que o princípio da vinculação ao edital obriga não só os licitantes como também a Administração, que deve se pautar exclusivamente pelos critérios objetivos definidos no edital. Precedentes. III - Remessa oficial e Apelação desprovidas. Sentença confirmada.
(TRF-1 - AMS: 00105466320074013700, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 27/04/2016, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 06/05/2016)

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MICROSCÓPIO PARA NEUROCIRURGIA 3D COM UNIDADE DE GRAVAÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE REABILITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE ÂMBITO INTERNACIONAL Nº 409/2020 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA DO ESTADO DO PARANÁ – DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE LICITANTE POR DIVERGÊNCIA QUE JÁ FOI ESCLARECIDA TEMPESTIVAMENTE – PODER/DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE PROMOVER DILIGÊNCIAS DESTINADAS A ESCLARECER OU A COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO (ART. 43, § 3º, LEI 8.666/93) E/OU ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS OU MANIFESTOS ERROS MATERIAIS (ART. 85, § 3º, Lei Estadual nº 15.608/2007)– EXCESSO DE FORMALISMO QUE SE FOR CHANCELADO, ACARRETARÁ O DETRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE DEVE SER INTERPRETADO E PONDERADO SOB À ÓTICA DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO – SENTENÇA CONFIRMADA, INCLUSIVE, EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0007712-13.2020.8.16.0004 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR RENATO BRAGA BETTEGA - J. 02.05.2023) (TJ-PR - REEX: 00077121320208160004 Curitiba 0007712-13.2020.8.16.0004 (Acórdão), Relator: Renato Braga Bettega, Data de Julgamento: 02/05/2023, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03/05/2023)

Portanto, a reconsideração da decisão por Vossa Senhoria é a medida que se impõe, a fim de que a proposta da Recorrente seja aceita e classificada, ante a estrita consonância com o instrumento convocatório.

3. DAS RAZÕES DE RECURSO PARA A REFORMA DA DECISÃO

3.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a interposição de recurso administrativo é um direito garantido aos licitantes. Em especial, o artigo 165 assegura aos licitantes o direito de recurso contra decisões que possam causar-lhes prejuízo, garantindo o contraditório e a ampla defesa. O artigo 164 reforça a necessidade de transparência e justiça nos procedimentos licitatórios.

Ademais, o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa em processos administrativos, o que reforça o direito da Recorrente de questionar a decisão que a desclassificou indevidamente, garantindo a análise justa e imparcial de sua proposta.

A decisão de desclassificar a proposta da Recorrente fere os princípios fundamentais da licitação pública, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração Pública a observar os princípios da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a administração e julgamento objetivo, além da vinculação ao instrumento convocatório.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”.

Joel Niebuhr¹ esclarece:

O edital é publicado e as pessoas, os eventuais interessados, tomam ciência da existência da licitação e de todas as suas regras. Em razão das regras contidas no edital, os interessados decidem se devem ou não participar da licitação, como devem participar e qual o conteúdo de suas propostas, que são estrategicamente concebidas diante dos critérios de seleção postos no edital. Assim, o edital é absolutamente determinante para a participação dos licitantes.

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 5. ed. Belo Horizonte: Forum, 2022, p. 664.

Sob essas luzes, publicado o edital, a Administração e os licitantes estão vinculados a ele, não podem se apartar dos seus termos. A discricionabilidade administrativa que dá a tônica da etapa preparatória se dissipa e dá lugar à vinculação. À administração não é permitido fazer exigências não previstas no edital nem deixar de exigir aquilo que fora prescrito nele. Os licitantes, por sua vez, devem cumprir os termos estabelecidos no edital. Eis o princípio da vinculação ao edital, que corresponde a uma das ideias básicas sobre licitação pública.

Por fim, segundo o §3º do artigo 59 da Lei 14.133/2021, nas obras e serviços de engenharia, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser ficado no EDITAL, conforme as especificidades do mercado correspondente.

No caso em comento, POR CAUSA DA PLATAFORMA adotada pela Prefeitura, a recorrente ficou impossibilitada de cumprir o edital e o dispositivo acima citado, não podendo ser punida por algo que não é de sua alçada.

3.2. DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Não se pode negar que o formalismo constitui importante medida de segurança e previsibilidade dos atos e contribui para garantir o devido processo legal e o cumprimento dos direitos do particular e dos interesses da administração.

No entanto, deve-se ter em mente que o processo administrativo, em especial o licitatório, não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento das necessidades públicas. Neste sentido, o professor Adilson Dallari² esclarece que “a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho³ leciona que:

Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para

² DALLARI, Adilson Abreu. *Aspectos jurídicos da licitação*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 209.

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Processo Administrativo Federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.07.2009*. 4. ed. rev. e atual. – Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2009. p 77.

alcançar determinado fim. Portanto, insistimos em que se tem por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa. Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas.

Na mesma toada, o professor Ronny Charles⁴ ensina:

Embora a determinação legal imponha à Administração o cumprimento das normas e condições previstas no edital, devemos lembrar que o formalismo não é uma finalidade em si própria, mas um instrumento utilizado na busca do interesse público, o qual na licitação, orienta-se pela busca da melhor proposta para a Administração, resguardando o respeito e a isonomia entre os interessados (Binômio: Vantagem e Isonomia).

Assim, em determinadas situações excepcionais, pode-se justificar que questiúnculas procedimentais, que não atentem contra a isonomia entre os licitantes, sejam prescindidas em favor da busca de uma proposta mais vantajosa para o Poder Público.

[...]

Há desvio de finalidade quando se abdica da prerrogativa de realizar diligências ou o devido saneamento, para superar questiúnculas formais, de menor importância, prejudicando o real objetivo de busca da melhor proposta.

Diante deste raciocínio que se entende que o princípio da formalidade não pode ser utilizado como barreira à concretização da finalidade dos atos e tampouco pode ser exigido quando dispensável, em especial, nos processos administrativos.

Acerca da busca de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que é um dos princípios que regem as licitações públicas, o TCU já firmou entendimento de que é “irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público”⁵.

A Lei. 14.133/2021 consagrou expressamente o formalismo moderado ao prever, no inciso II, do art. 12, que o desatendimento de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de

⁴ TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de licitações públicas comentadas*. 12. ed. São Paulo: Ed. Juspodivm, 2021, p. 87.

⁵ TCU. Acórdão 2239/2018 Plenário. Relatora: Ministra Ana Arraes.

sua proposta, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
(...)

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Corroborando a tese, o TCU, em recentes julgados, assim entendeu:

LICITAÇÃO. PROPOSTA. DESCLASSIFICAÇÃO. DILIGÊNCIA. ERRO FORMAL.

É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. (Acórdão 1204/2024 – Plenário. Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo. Data da sessão: 19/06/2024) (grifo nosso)

Licitação. Proposta. Desclassificação. Erro formal. Diligência.

É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios. (Acórdão 1217/2023 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Benjamin Zymler. Data da Sessão: 14/06/2023) (grifo nosso)

Jacoby Fernandes⁶ lembra:

Não se pode definir previamente ou pretender regular o direito-dever de saneamento, até porque são ilimitadas e multifacetadas hipóteses em que ocorram erros, defeitos, vícios. Acresce-se, ainda que toda teoria jurídica de convalidação do ato administrativo na riqueza que só a prática evidencia fica distante de um norte permanentemente orientador.

⁶ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Sistema de registro de preço e pregão presencial e eletrônico*. 5ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2013.

Portanto, requer a reconsideração da decisão, para que esta Administração esteja em estrita observância da legislação, da doutrina e da jurisprudência pátrias.

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a **reconsideração** da r. decisão da Pregoeira e da Equipe de Apoio, com a consequente reclassificação da proposta da Recorrente para que possa participar da fase subsequente do certame, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, que garante o direito ao contraditório e à ampla defesa, sob pena de violação dos princípios da legalidade, da razoabilidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e da isonomia.

Requer, ainda, seja conferido o efeito suspensivo, nos termos do artigo 168 da NLLC.

Por fim, pleiteia que, em caso não reconsideração da decisão por V. Sa., o que realmente não se espera, seja encaminhado à autoridade superior, conforme disposição do §3º do artigo 165 da Lei 14.133/2021.

Termos em que,

Pede deferimento.

MAIS LIMPEZA
URBANA
LTDA:
266599220001-07
MAIS LIMPEZA URBANA LTDA
CNPJ nº 26.659.922/0001-07

Assinado digitalmente por MAIS LIMPEZA URBANA LTDA-26659922000107
DN: C=BR, O=CIP Brasil, S=GO, L=Galima, OU=AC SOLUTI Múltipla v5, OU=39157037000105, OU=Videossucessão, OU=Certificado RJ AT, CN=MAIS LIMPEZA URBANA LTDA, 26659922000107
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.08.29 16:45:35
Power Reader Versão: 9.7.1